



Encontro Nacional  
de Produtores e Usuários  
de Informações Sociais,  
Econômicas e Territoriais

## INFORMAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

III Conferência Nacional  
de Geografia e Cartografia

IV Conferência Nacional  
de Estatística

Reunião de Instituições Produtoras  
Fórum de Usuários  
Seminário "Desafios para Repensar o Trabalho"  
Simpósio de Inovações  
Jornada de Cursos  
Mostra de Tecnologias de Informação

27 a 31 de maio de 1996  
Rio de Janeiro, RJ BRASIL

Uma das maneiras de olhar o ofício de produzir informações sociais, econômicas e territoriais é como arte de descrever o mundo. Estatísticas e mapas transportam os fenômenos da realidade para escalas apropriadas à perspectiva de nossa visão humana e nos permitem pensar e agir à distância, construindo avenidas de mão dupla que juntam o mundo e suas imagens. Maior o poder de síntese dessas representações, combinando, com precisão, elementos dispersos e heterogêneos do cotidiano, maior o nosso conhecimento e a nossa capacidade de compreender e transformar a realidade.

Visto como arte, o ofício de produzir essas informações reflete a cultura de um País e de sua época, como essa cultura vê o mundo e o torna visível, redefinindo o que vê e o que há para se ver.

No cenário de contínua inovação tecnológica e mudança de culturas da sociedade contemporânea, as novas tecnologias de informação - reunindo computadores, telecomunicações e redes de informação - aceleram aquele movimento de mobilização do mundo real. Aumenta a velocidade da acumulação de informação e são ampliados seus requisitos de atualização, formato - mais flexível, personalizado e interativo - e, principalmente, de acessibilidade. A plataforma digital vem se consolidando como o meio mais simples, barato e poderoso para tratar a informação, tornando possíveis novos produtos e serviços e conquistando novos usuários.

Acreditamos ser o ambiente de conversa e controvérsia e de troca entre as diferentes disciplinas, nas mesas redondas e sessões temáticas das Conferências Nacionais de Geografia, Cartografia e Estatística e do Simpósio de Inovações, aquele que melhor ensina o aprimoramento do consenso sobre os fenômenos a serem mensurados para retratar a sociedade, a economia e o território nacional e sobre as prioridades e formatos das informações necessárias para o fortalecimento da cidadania, a definição de políticas públicas e a gestão político - administrativa do País, e para criar uma sociedade mais justa.

Simon Schwartzman  
Coordenador Geral do ENCONTRO

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBGE

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBGE

Associação Brasileira de Estudos Popacionais  
ABEP

### Co-Promoção

Associação Brasileira de Estatística  
ABE

Associação Brasileira de Estudos do Trabalho  
ABET

Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva  
ABRASCO

Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia  
ANPEC

Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências  
Sociais

ANPOCS

Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia  
ANPEGE

Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em  
Planejamento Urbano e Regional

ANPUR

Sociedade Brasileira de Cartografia  
SBC

### Apoio

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro  
FIRJAN

Academia Brasileira de Letras  
ABL

Conselho Nacional de Pesquisas  
CNPq

Financiadora de Estudos e Projetos  
FINEP

Revista Ciência Hoje

## Institutos Regionais Associados

Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central  
CODEPLAN (DF)  
Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A  
EMPLASA (SP)  
Empresa Municipal de Informática e Planejamento S/A  
IPLANRIO (RJ)  
Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro  
CIDE (RJ)  
Fundação de Economia e Estatística  
FEE (RS)  
Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional  
METROPLAN (RS)  
Fundação Instituto de Planejamento do Ceará  
IPLANCE (CE)  
Fundação João Pinheiro  
FJP (MG)  
Fundação Joaquim Nabuco  
FUNDAJ (PE)  
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados  
SEADE (SP)  
Instituto Ambiental do Paraná  
IAP (PR)  
Instituto de Geociências Aplicadas  
IGA (MG)  
Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis  
IPEAD (MG)  
Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará  
IDESP (PA)  
Instituto Geográfico e Cartográfico  
IGC (SP)  
Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento “Jones dos Santos Neves”  
IJSN (ES)  
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
IPARDES (PR)  
Processamento de Dados do Município de Belo Horizonte S/A  
PRODABEL (MG)  
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia  
SEI (BA)

## Coordenação Geral

Simon Schwartzman

## Comissões de Programa

### Confège

César Ajara (IBGE)  
Denizar Blitzkow (USP)  
Jorge Marques (UFRJ)  
Lia Osório Machado (UFRJ)  
Mauro Pereira de Mello (IBGE)  
Speridião Faissol (UERJ)  
Trento Natali Filho (IBGE)

### Confest

José A. M. de Carvalho (UFMG)  
José Márcio Camargo (PUC)  
Lenildo Fernandes Silva (IBGE)  
Teresa Cristina N. Araújo (IBGE)  
Vilmar Faria (CEBRAP)  
Wilton Bussab (FGV)

## Comissão Organizadora

**Secretaria Executiva** - Luisa Maria La Croix

**Secretaria Geral** - Luciana Kanham

**Confège, Confest e Simpósio de Inovações**

Anna Lucia Barreto de Freitas, Evangelina X.G. de Oliveira,  
Jaime Franklin Vidal Araújo, Lilibeth Cardozo R.Ferreira e  
Maria Letícia Duarte Warner

**Jornada de Cursos** - Carmen Feijó

**Finanças** - Marise Maria Ferreira

**Comunicação Social** - Micheline Christophe e Carlos Vieira

**Programação Visual** - Aldo Victorio Filho e

Luiz Gonzaga C. dos Santos

**Infra-Estrutura** - Maria Helena Neves Pereira de Souza

**Atendimento aos Participantes** - Cristina Lins

**Apoio**

Andrea de Carvalho F. Rodrigues, Carlos Alberto dos Santos,  
Delfim Teixeira, Evilmerodac D. da Silva, Gilberto Scheid,  
Héctor O. Pravaz, Ivan P. Jordão Junior,

José Augusto dos Santos, Julio da Silva, Katia V. Cavalcanti, Lecy Delfim,  
Maria Helena de M. Castro, Regina T. Fonseca,  
Rita de Cassia Atualpa Silva e Taisa Sawczuk

Registramos ainda a colaboração de técnicos das diferentes  
áreas do IBGE, com seu trabalho, críticas e sugestões para a  
consolidação do projeto do ENCONTRO.



# A Geografia e o Hiperespaço

**Murilo Cardoso de Castro**  
**Mestrando em Geografia do PPGG da UFRJ**

## Introdução

Com a “desmaterialização dos suportes e dos produtos do trabalho humano, com a promoção e a circulação acelerada dos signos” [Bougnoux, 1995], com “o desenvolvimento maciço de produções maquinicas de subjetividade” [Guattari, 1992], as instituições sociais “decolam” em direção a um novo “lugar de modernidade, um espaço ‘fora-do-chão’ surgido do nada”, segundo uma relação de “onipresença” planetária que organiza no espaço as atividades e os mecanismos da sociedade moderna [Chesneux, 1995].

Chesneux afirma que esta “relação de onipresença congênita à modernidade não governa somente a interconexão técnica das redes de comunicação, os canais dos computadores, a ‘mundialização’ da economia, a constituição de um imaginário planetário. À medida que se generaliza esta relação, o próprio espaço muda de natureza. Ele cessa de se organizar como estrutura coerente e hierarquizada, fundada sobre a diversidade de distâncias, sobre os níveis de aproximação, sobre as orientações privilegiadas, sobre eixos preferenciais. O espaço se decompõe, dissolve-se em proveito de sistemas que giram sobre si mesmos segundo sua lógica particular, quer ela seja técnica, econômica, quer da mídia.”

Como lembra muito bem a Prof.<sup>a</sup> Becker, compete a Geografia, em sua vertente eminentemente política: “o reconhecimento, sem fetichização, da potencialidade política e social do espaço, ou seja, a do saber sobre as relações entre espaço e poder”. Segundo ela, trata-se de um “poder multidimensional, derivado de múltiplas fontes, inerente a todos os atores, relação social presente em todos os níveis espaciais”; e de um “espaço, *dimensão material*, constituinte das relações sociais e, por isso mesmo, sendo em si, um poder” [Becker, 1988].

Será que este espaço a que se refere a Prof.<sup>a</sup> Becker, não estará se desdobrando e abrindo novas “fronteiras”, através da fusão/confusão telemática, para além da citada *dimensão material*? A própria professora, neste mesmo texto, reconhece que “a questão tecnológica é a questão crucial e o enigma de nosso tempo”, e conclui afirmando que, “a Geopolítica torna-se

incompreensível sem a consideração da moldagem do planeta pelo vetor científico-tecnológico moderno”.

Esta é justamente a orientação que se procurou dar a este trabalho: desenvolver algumas considerações relevantes para a Geografia contemporânea, sobre essa “moldagem do planeta pelo vetor científico-tecnológico”, particularmente sobre um componente crítico deste vetor, o Ciberespaço, instrumental por excelência do “espaço-tempo cibernético”, o *Hiperespaço*.

A questão fundamental continua sendo para nós: a Geografia Humana, e neste trabalho especialmente a Geopolítica, diante da “realidade” do Hiperespaço. Desta questão decorrem alguns corolários de interesse:

- Como o campo epistemológico da Geografia, seus conceitos-chaves, sua “agenda” de investigação, se coloca ou não, se adequa ou não, ao estudo do Hiperespaço?
- Qual a importância do Hiperespaço, e de seu instrumental, o Ciberespaço, para Geografia ?
- Trata-se de um modismo cultural sem maior significado? ou, será uma “*Natureza Terceira*” da maior relevância para uma disciplina que pretende competência no exercício de uma leitura da dialética Natureza e Sociedade?

O texto se desenvolve a partir de alguns esclarecimentos iniciais, passando em seguida para uma reflexão sobre a construção social do espaço-tempo dentro da visão de David Harvey, discorrendo então sobre o Ciberespaço como “logística da Logística” que instrumentaliza o Hiperespaço, e encerrando, finalmente, com uma lista de considerações pertinentes sobre o Hiperespaço, enquanto *Natureza Terceira*.

## **2. Esclarecimentos Iniciais**

“Geopolítica não é um termo imanentemente pleno de significado, mas um conceito historicamente ambíguo e instável” [Ó Tuathail, 1994]. Cunhado pelo sueco Rudolf Kjellen em um artigo sobre as fronteiras da Suécia em 1899, *geopolitik* foi introduzido na Alemanha, em uma revisão do trabalho de Kjellen em 1903, e posteriormente pelo próprio Kjellen em 1905. Popularizado na Alemanha por Haushofer, ao descobrir o trabalho de Kjellen durante a I

Grande Guerra, o termo se estabeleceu no período entre guerras, assumindo significados distintos de seu uso em Kjellen.

Segundo Lacoste devido a esta associação com o nazismo, o termo foi proscrito por décadas, mas como ele mesmo questiona: porque o termo biologia, também tão usado pelos teóricos nazistas da raça superior ariana, não foi banido da mesma forma? [Lacoste, 1984]

- fato é que Kjellen ao fundar a Geopolítica como disciplina, “bebeu e se embriagou” na fonte (re)aberta por Ratzel, ao teorizar geograficamente o Estado em sua obra magistral de 1897 - *Geografia Política*, subintitulada *Geografia dos Estados, do Comércio e da Guerra* [Becker, 1988].

Esta obra que resgatou o valor político e estratégico do espaço e da geografia, é reconhecida como um marco na trajetória da Geografia moderna, talvez o primeiro momento epistemológico da Geografia [Raffestin, 1992]. Entretanto, o próprio Raffestin não nos deixa esquecer a imanência do político em todo saber geográfico, que se faz notar não só em obras da Antigüidade clássica, como também no Iluminismo com Montesquieu e especialmente Tourgot, autor em 1751 de um opúsculo intitulado *Plan d'un Ouvrage sur la Geographie Politique*.

Apesar desta inegável imanência do político no saber geográfico, na Geografia, nem sempre esta sua propriedade ôntica foi devidamente acatada, especialmente até o revisionismo radical da Geografia durante os anos 1970. A própria Geografia Política, era classificada em 1927, por Carl Sauer, como uma “filha errante da família geográfica”, um campo sem uma orientação disciplinar e metodológica distintas [Ó Tuathail, 1994a].

Segundo Ó Tuathail, esta imagem da Geografia como uma “família de moral elevada”, com uma “filha errante”, a Geografia Política/Geopolítica, foi mantida por Sauer, Bowman, Hartshorne, e muitos outros, pois o comportamento “desregrado” desta filha explicitava a insidiosa separação entre Geografia e Política, Ciência e Ideologia, a “Geografia dos Professores e a do Estado-Maior” [Ó Tuathail, 1994a].

Foi preciso aguardar os anos 1960, com a reflexão de Lefebvre sobre o Estado e a produção do espaço, e com a pertinente análise sobre a governamentalidade de Foucault, baseada no triângulo “segurança, território e população”, para que fosse possível uma ressurreição da dimensão política imanente ao saber geográfico, ôntica à Geografia.



A radicalização da Geografia Humana, promovida nos anos 1970, animou e fortaleceu uma preocupação com o poder e a política, que trouxe uma nova vida para a Geopolítica, mas de certa forma complicou sua identidade [Sidaway, 1995]. Segundo Kofman, citado por Sidaway, é preciso se perguntar o que é Geografia Política, agora que a Geografia contemporânea está de tal forma politizada.

Reynolds, também citado por Sidaway, lembra que, no início dos anos 1960, era difícil encontrar alguém que admitisse ser um geógrafo político, e que atualmente é justo o oposto: a teorização sobre a política, a sociedade civil e o espaço, em todos os níveis, domina a atenção da Geografia.

Sidaway conclui, assim como Ó Tuatheil, que a Geografia Política e sua irmã gêmea, a Geopolítica, guardam uma saudável polissemia, em desafio a qualquer definição ou delimitação. Estando sua evolução assegurada pela competência de sua “mãe” Geografia, na teorização sobre a prática estratégica desenvolvida por suas “filhas” [Becker, 1988].

Nesta teorização, Ó Tuatheil defende uma visão crítica que possa oferecer “um novo grau de politização para a compreensão da Geografia, e um novo grau de ‘geografização’ para o estudo de políticas globais” [Ó Tuatheil, 1994]. Salienta ainda a necessária “problematização” do significado da Geopolítica, e suas conseqüentes implicações para a compreensão, a localização, e a delimitação de conceitos-chaves e de instrumentos básicos da Geografia.

Dentre estes instrumentos, o mapa é um dos que se destaca como um “panoramagrama”, onde se congela o dinâmico e se homogeneiza a paisagem heterogênea. O mapa, produto de uma visão estruturalista, é uma construção geométrica. Sua espacialidade é a de um gráfico matemático, de formas e figuras em um espaço euclidiano, isotrópico, e abstrato [Ó Tuatheil, 1994]. O mapa estruturalista pode ser compreendido como um produto matemático, uma grade geométrica bidimensional de um mundo, um “gráfico” fixado e acabado, uma figura estável, uma composição linear de um mundo [Ó Tuatheil, 1994].

Contrastando com a leitura estruturalista de um mapa, existe uma proposta de leitura do mapa como um “tecido”, em sintonia com própria palavra latina original, *mappa*. Mapear é escrever ou tecer um produto textual ou têxtil, um “geo-grafo”, onde o hífen denota o indeterminado, o que recusa qualquer fixação matemática; revelando também um movimento que desafia a redução a uma “flatland” bidimensional.

Radicalizando desta forma a compreensão deste instrumento básico, o mapa, Ó Tuatheil revitaliza o estudo da “Geo-graf-ia”, como o estudo da projeção interminável de “geo-grafos”, “mapas de significado”, pelo ato de (re)produzir um “gráfico”, ou “tecido”, ou “texto” de um sistema-mundo. Nesta (re)produção os temas tradicionais da Geografia Política são também passados pelo crivo do processo crítico que os (des)/(re)constróem e os (des)/(re)locam.

Concluindo esta breve tentativa de incursão por alguns aspectos ontológicos da Geopolítica, concordamos com a afirmação da Prof.<sup>a</sup> Becker de que a Geopolítica não está dada - ela é construída hoje, no atual período histórico, pelo trabalho humano tanto material quanto intelectual, e, assim, produzida, tem movimento e abertura para o indeterminado, que é essencialmente político [Becker, 1988].

Outra questão que merece, dentro destes esclarecimentos iniciais, uma abordagem preliminar, é o conceito de Ciberespaço e de Hiperespaço. Seriam sinônimos ou representariam objetos distintos?

O termo ciberespaço apareceu pela primeira vez em 1984 em um romance de ficção-científica de William Gibson intitulado *Neuromancer*: “O ciberespaço. Uma alucinação consensual vivida quotidianamente em toda legalidade por dezenas de milhões de operadores, em todos os países, por jovens aos quais ensinam-se os conceitos matemáticos... Uma representação gráfica de dados extraídos das memórias de todos os computadores do sistema humano. Uma complexidade impensável. Traços de luz dispostos no não-espaço do espírito, agregados e constelações de dados. Como luzes de cidades, na distância...” [Jolivalt, 1995].

Segundo Jolivalt, o Ciberespaço designa atualmente, todos os espaços virtuais aos quais dão acesso os computadores, não somente em termos de paisagens de síntese da simulação e de imersão na realidade virtual, mas igualmente em termos de acesso aos bancos de dados locais e remotos, sejam de informações numéricas, textuais, gráficas ou “video-animadas”.

Alguns “filósofos da mídia” declaram: na rede global de comunicações, o real é digitalizado e o digital é realizado; através dos canais da rede, mentes desincorporadas trafegam à velocidade da luz; com o aumento crescente da velocidade de comunicação, as distâncias decrescem - um colapso do espaço em prol de uma presença que não conhece ausência; o tempo parece se condensar em um presente inalterado pelo passado ou futuro;

o Ciberespaço é a “arquitetura” da utopia moderna, o não-lugar do “instante da velocidade” [Taylor, 1994].

A perda, ou melhor, o declínio do espaço real de toda extensão (física ou geofísica) em benefício exclusivo da ausência de retardo das teletecnologias do tempo real, rompe com todo um passado onde estar presente era estar próximo, fisicamente próximo do outro, num face-a-face, onde o diálogo era possível pelo alcance da voz ou do olhar. A proximidade “midiática”, fundada sobre o Ciberespaço, possibilitando o “tele-agir”, (des)/(re)constrói o espaço social, instituindo o Hiperespaço, o “espaço-tempo social cibernético” [Virilio, 1993].

A concepção de um meio técnico-científico-informacional, proposta por Milton Santos, impondo um novo sistema da natureza, que neste trabalho denominamos *Natureza Terceira*, se assemelha bastante a esta idéia de Hiperespaço, instituição fundada pelo poderoso instrumental do Ciberespaço. Santos afirma que o meio técnico-científico-informacional é a nova cara do espaço e do tempo, onde progressivamente “se instalam as atividades hegemônicas, aquelas que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional, fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais” [Santos, 1994].

Santos conclui que o espaço geográfico em via de (re)constituição tem uma “substância científico-tecnológico-informacional”. Este espaço não é nem um meio natural, nem um meio técnico, mas a simbiose dos dois. “A ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, da mesma forma que participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais). É a ‘cientifização’ e a ‘tecnização’ da paisagem. É, também, a informatização, ou, antes, a ‘informacionalização’ do espaço. A informação tanto está presente nas coisas como é necessária à ação realizada sobre essas coisas.”

Encerrando estes esclarecimentos iniciais podemos formular as seguintes hipóteses de trabalho, como orientação para uma possível resposta a questão fundamental proposta anteriormente:

- o Ciberespaço constitui “a logística da Logística”, uma nova racionalidade impondo uma ordem espacial vinculada a uma concepção de espaço global, *logística*, gerando um espaço social e político, alicerçado por um conjunto de ligações, conexões, comunicações, redes e circuitos [Becker, 1993]; de fato, segundo Virilio, a combinação da cibernética e dos meios de

telecomunicações em *tempo real* permitiu a superação do intervalo que ainda separava a lógica da informação de sua *logística* [Virilio, 1993].

- O Hiperespaço, instituído sobre o Ciberespaço, representa uma *Natureza Terceira*, que progressivamente se constitui no *milieu* geográfico da Sociedade moderna; segundo Taylor, a metrópoles moderna está sendo (des)locada pela “netpoles” (de *net*, rede em inglês) pós-moderna; o Hiperespaço, que emerge com a difusão do Ciberespaço, é uma construção social que não é nem urbana, nem suburbana e nem rural; a rede será mesmo uma cidade sem muros ou os muros estão tomando novas formas? [Taylor, 1994];

### 3. A Construção Social do Espaço

David Harvey, em uma recente palestra na Associação de Geógrafos Japoneses, deu a conhecer sua preocupação atual sobre três conceitos-chaves da Geografia: espaço, lugar e ambiente (*space, place and environment*) [Harvey, 1994]. Tratam-se de termos importantes, cujos significados fundamentais vêm atualmente sendo discutidos em muitas disciplinas, impondo-lhes uma certa centralidade dentre os conceitos da teoria social, política e literária.

- argumento principal de Harvey, nesta palestra, é que a Geografia, enquanto uma disciplina, deve trabalhar simultaneamente com estes conceitos, sem privilegiar qualquer um deles, assim como, estar preparada para oferecer uma contribuição especial sobre estes mesmos conceitos. O que ele infelizmente não cumpre, pelo menos nesta palestra, preferindo se ater apenas ao conceito de espaço, e guardando sua proposta para um livro que estaria escrevendo.

Sua tese maior é a da “construção social do espaço e do tempo”, que ele mesmo reconhece não ter nada de inovadora, pois já vem trabalhando com ela, através das idéias de Lefebvre, há mais de vinte anos. Além do que não se pode considera-la uma proposição especificamente geográfica, tendo em vista suas inúmeras expressões nas diferentes ciências sociais.

O que se compreende claramente por esta formulação, é que “diferentes sociedades constróem concepções muito específicas de espaço e tempo”, e que a maneira pela qual esta construção se estabelece é de suma importância para que possamos entender como este processo está ocorrendo na atualidade.

Harvey exemplifica através do desenvolvimento das medidas de espaço e tempo, onde a hora foi inventada no século XIII, o minuto e o segundo no século XVII, e apenas recentemente o nano-segundo. Concluindo que estas medidas que consideramos “naturais de nossa existência”, são na realidade “o produto histórico de um conjunto muito específico de processos sociais históricos, realizados dentro de um tipo específico de sociedade”.

O que levou Harvey, imediatamente, a articular as seguintes formulações sobre a construção social do espaço e tempo, que nos interessam sobretudo na compreensão da instituição do Hiperespaço, através da crescente disseminação social do instrumental do Ciberespaço:

- apesar de se tratar de uma construção social, não é puramente subjetiva ou ideal, fora do mundo material, na qual se manifesta e onde existimos;
- a Natureza nos oferece uma gama de possibilidades para a instituição de um espaço-tempo, cabendo a Sociedade eleger uma destas possibilidades, em função de seus mitos e de sua cultura;
- esta eleição é fundamental em termos de como toda a Sociedade trabalha, e portanto, opera em relação aos indivíduos, com toda força do fato objetivo, do qual ninguém pode escapar; a formalizando a “concretude” da Sociedade, o império da “racionalidade ocidental”;
- esta “concretude”, a forma particular pela qual o espaço e o tempo são determinados, está muito associada com “estruturas de poder e relações sociais, modos particulares de produção e consumo”, existentes em uma dada Sociedade; “portanto a determinação do que é espaço e do que é tempo não é politicamente neutra, mas politicamente imanente em uma certa estrutura de relações de poder”.

Harvey se volta então para as raízes metafísicas das idéias de espaço e tempo, na busca de uma explicação para os conflitos e a (des)ordem da atual construção social do espaço e do tempo.

Segundo ele existem três idéias dominantes sobre a natureza do espaço e tempo:

- na concepção absoluta, espaço e tempo são vistos como existindo independentemente de qualquer processo operando dentro deles;

- na visão relativa, o espaço e o tempo ainda tem uma realidade e existência independente, porém sua “mensuração depende da natureza da matéria, sua densidade e caráter”; para Harvey estas duas idéias não se aplicam a tese da construção social do espaço e do tempo, tendo um campo de utilidade reduzido nas ciências ditas exatas;
- a teoria relacional, que Harvey associa a Leibnitz e Whitehead, em síntese estabelece que cada processo produz seu próprio espaço-tempo, articulando e competindo com outros, em uma heterogeneidade de “malhas espaço-temporais”, dentre as quais uma é eleita como dominante, refletindo interesses hegemônicos; o capitalismo, para Harvey, em sua fase atual, com suas múltiplas formas e por meio do instrumental mais avançado a sua disposição, tem sido o processo dominante na definição da malha espaço-temporal da Sociedade ocidental, e da “ocidentalização” do Outro.

A conclusão de Harvey é de que o capitalismo, como processo dominante, tem sido revolucionário com respeito a perpétua (re)definição do espaço e tempo do mundo contemporâneo. A velocidade e a constante tentativa de aniquilação do espaço através do tempo, tem efetivado uma real compressão do espaço-tempo, (des)construindo qualquer gênero de vida operando em ritmos e meios geográficos distintos do “padrão ocidental”.

Anthony Giddens é também outro autor preocupado com as “conseqüências da modernidade”. Em um trabalho recente, afirma que “a vida social moderna é caracterizada por profundos processos de reorganização do tempo e espaço, acoplados à expansão de “mecanismos de desentranhamento” - mecanismos que valorizam relações sociais livres das garras de locais específicos [Giddens, 1991].

Ainda segundo Giddens, “a reorganização do tempo espaço, somada aos “mecanismos de desentranhamento”, radicalizam e globalizam traços institucionais preestabelecidos da modernidade; e atuam para transformar o conteúdo e a natureza do dia-a-dia da vida social”, e afirmar o caráter de uma era distinta das anteriores por seu “extremo dinamismo”; onde “não apenas o ‘passo’ das mudanças sociais é muito mais rápido do que em qualquer sistema anterior, mas também seu escopo, e a profundidade com os quais afetam práticas sociais e modos de comportamento preexistentes”.

Giddens identifica três elementos para uma possível explicação do dinamismo de nossa era, do que denomina “alta-modernidade”:

- “separação do tempo do espaço”, que nas culturas pré-modernas permaneciam essencialmente ligados através do lugar; a difusão do uso dos



dispositivos de mensuração mecânica do tempo facilitou mudanças estruturais profundas no “tecido social”; mudanças não apenas locais mas universalizantes; “a organização social moderna pressupõe a coordenação precisa das ações de muitos seres humanos fisicamente afastados uns dos outros; o ‘quando’ destas ações está diretamente conectado ao ‘quando’, mas não, como em épocas pré-modernas, via a mediação do lugar;

- os “mecanismos de desentranhamento”, elevam para “fora do chão” as relações sociais, deslocando-as de seus contextos locais e relocando-as em uma nova malha espaço-temporal; estes mecanismos, que Giddens chama de “sistemas abstratos”, “separam a interação das particularidades dos locais”;
- “reflexibilidade institucional”, como um legado do Iluminismo, valorizando a capacidade de “uso regularizado do conhecimento sobre as circunstâncias da vida social , como um elemento constitutivo na sua própria organização e transformação”.

A metamorfose, em curso, do espaço e tempo, continente e conteúdo da Sociedade moderna, retratada por estes dois autores notáveis, está sob a égide de um complexo científico-tecnológico-informacional, que tem no Ciberespaço um ferramental incisivo e dominador, que progressivamente se insinua em todos os campos de atividades humanas.

“Tocando localmente cada indivíduo e traçando inúmeros caminhos, diretos e inversos, do local ao global, nossas redes tecnológicas, tendem, portanto, pouco a pouco, a substituir as antigas grandes instâncias ou instituições encarregadas do global: Estados, Direitos, Igrejas, Bancos e Bolsas, Escolas e Universidades.” [Serres, 1994].

Serres conclui, nesta mesma linha de pensamento, que o Ciberespaço, impondo uma nova malha espaço-temporal, tem assim a capacidade de destruir ou deslocar o político, o religioso, o direito, a cultura e o saber; as relações de poder, de violência e de força; o comércio e o dinheiro; enfim, “três instâncias encarregadas desde a aurora da história, de fazer surgir e forjar a relação social”.

Esta fascinação que exercem as mídias, segundo ele, seria menos sobre o espetáculo de som e imagens, do que sobre a descoberta estonteante de que existimos juntos segundo relações que enfim construímos. Renasce a Utopia, o *não-lugar* do Hiperespaço, o grande sonho de todos os tempos, de tecer de novo, no e pelo Ciberespaço, o “tecido social” em geral, longe das relações de poder, de bens e de dinheiro, de meio geográfico...

Serres, no entanto, questiona com toda pertinência: quem comandará o Hiperespaço? ou seu instrumental, o Ciberespaço?; o capital se reforçará, se tornando virtual e se apropriando deste mundo sem fronteira, e, portanto, conquistando a subjetividade e em definitivo o espaço, o tempo, as coisas, os seres humanos, o próprio devir?

Virilio é outro autor que também nos alerta para o risco da difusão progressiva de uma “cibernética sócio-política” que tende à eliminar, não somente os mais fracos, mas o livre arbítrio do trabalho humano, em prol de uma “convivência interativa”, que nada mais é do que “uma servidão discreta do ser às máquinas ‘inteligentes’” [Virilio, 1993]. Neste mesmo trabalho, ele considera que o ambiente *real*, o espaço das cidades e dos campos, não escapando mais à influência do Ciberespaço, será “ampliado” ao longo de uma dimensão simulada, o ambiente *virtual*, constitutivo do Hiperespaço.

Esta breve reflexão sobre a construção social do espaço e do tempo, e o agenciamento do Ciberespaço, como instrumental instituidor de uma nova malha espaço-temporal, o Hiperespaço, não teve a pretensão de dar uma resposta, mas de “provocar” ainda mais o pensamento sobre a questão fundamental deste trabalho: o significado do Ciberespaço para a Geografia, e em particular para a Geopolítica.

Esse reflexão serviu também, em especial, para endossar a hipótese de que o Ciberespaço se configura como a “logística da Logística”, através do agenciamento que exerce na construção social do espaço e do tempo da “alta modernidade”. Quanto mais se esta Logística, este “algoritmo do Hiperespaço”, esta “lógica tecnológica”, for entendida como “a preparação contínua dos meios para a guerra, ou para a competição”, “uma das raízes da (des)ordem e da globalização/fragmentação”; como uma poderosa “racionalidade”, que tende a se difundir pela sociedade e o espaço, se impondo de forma seletiva ao nível operacional e concreto [Becker, 1990].

Conclusão, se há alguma, é que efetivamente estamos em um momento crítico, onde o saber geográfico é mais do que nunca convidado a contribuir, em seu histórico papel de “conselho ao príncipe”, com toda riqueza de seu campo epistemológico para investigação do Hiperespaço, esta *Natureza Terceira*, que a seguir vamos abordar mais de perto.

#### 4. Hiperespaço: *Natureza Terceira*?

Benjamin Whorf afirmou a alguns anos de forma muito convincente, clara e elegante, que as linguagens e os padrões de reação que elas envolvem não são meros instrumentos para descrição de eventos (fatos e situações), mas são também “formadoras” de eventos; que suas ‘gramáticas’ contêm uma cosmologia, uma visão compreensiva do mundo, da sociedade, da situação do ser humano, que influenciam sobremodo o pensamento, o comportamento, a percepção [citado em Feyerabend, 1993].

Nesta mesma linha de pensamento, Timothy Luke, em uma recente revisão crítica da Geopolítica, defende que as palavras são realidades e as realidades são palavras. “Novas palavras geram novas realidades, e novas realidades geram novas palavras. Até que e a não ser que se rompam velhos jogos de linguagem com novos termos, as velhas realidades permanecem confortavelmente abrigadas nas velhas palavras, incapacitando novos reconhecimentos e desmantelando discursos alternativos” [Luke, 1994].

Sua proposta para a Geopolítica se assenta sobre a fórmula: “uma Nova Ordem do Mundo merece uma nova ordem de palavras”, ou em uma expressão sintética que o inglês possibilita, *a New Wor(l)d (Dis)Order*. Em outras palavras esta “Nova Ordem do Mundo” requer uma “nova ordem de palavras”, uma “Geo-graf-ia” com novos “mapas cognitivos”, onde conceitos como política, Estado, fronteiras, limites, espaço, lugar, ambiente, possam ser problematizados pela exploração da dialética global/local, dentro da atual fase do capitalismo.

Luke considera que “velhas palavras, carregando representações de identidade cultural, eficiência econômica, e poder nacional, que foram postas em ordem através de décadas de modernidade para apreciar processos e medir espaços que não mais existem como tal, podem não oferecer resultados estáveis ou previsíveis. De fato, velhas palavras sobre soberania, segurança, estabilidade parecem captar fragmentos de mundos que ora se alastram, descentram, e desintegram. Ainda assim, é através desta *fábulas* que palavras se tornam realidades, e realidades se tornam palavras.”

A crítica de Luke propõe como roteiro para instauração de uma “nova ordem de palavras”, uma análise, em princípio marxista, sobre o termo *Natureza*, afinal de contas, “o poder atua, as fronteiras são estabelecidas, e o espaço pode ser criado em terras com propriedades naturais particulares”.

Na linha de Lukacs e Neil Smith, Luke começa por reconhecer um “momento” original de existência da humanidade, junto com toda a vida orgânica, na biosfera natural. Esta *Natureza Primeira* ganha identidade na *terrestrealidade* da “bio/eco/geo-paisagem”.

Contrapondo-se a esta *Natureza Primeira*, as ações humanas construíram uma *Natureza Segunda*, constituindo a tecnoesfera artificial na qual o substrato material cada vez mais é fruto de uma produção social. A *Natureza Segunda* impõe sua realidade na *territorialidade* da “etno/urbe/pluto-paisagem”.

- sentido de poder, espaço, ordem, tempo, valor e comunidade, considerados “normais”, derivam de sociedades humanas construindo suas comunidades, estados formando seus regimes, dentro da *Natureza Segunda* arquitetada dentro da ciência moderna, da troca capitalista e da tecnologia industrial, em escala global. Da mesma forma, o Estado-nação, a sociedade de massa, a própria Geopolítica se apresentam como artefatos históricos implicados na edificação, e então na conquista dos ambientes e espaços sociais construídos, da *Natureza Segunda*.

Tanto *Natureza Primeira* como *Segunda*, partilham em suas construções originais de uma certa “previsibilidade e confiabilidade”. Entretanto, as noções e os conceitos que aportam, já não captam mais, por inteiro, as mudanças em andamento na tecnoesfera industrial da *Natureza Segunda*, nem na biosfera ecológica da *Natureza Primeira*. Quanto mais porque estas construções estão sendo sobrepostas, interpenetradas, e reconstituídas por uma *Natureza Terceira*, da “telesfera/ciberesfera informacional”.

Na *Natureza Terceira*, “o poder troca de foco, a velocidade supera o espaço, a ordem se torna desordenada, o tempo desloca os padrões, a comunidade perde centros, valores mudam de denominação” [Luke, 1994]. Sociedade e espaço se recombina, produzindo novos e imprevisíveis valores de troca, dos valores de uso do espectro eletromagnético, das estruturas de comunicação e da reordenação do trabalho/lazer. A *Natureza Terceira*, assume sua forma na “telemetricalidade” da “ciber/info/mídia-paisagem”, do Hiperespaço.

Emissões digitais, ondas analógicas, correntes de imagens, fluxos de informações, percorrem circuitos telemétricos, televisuais, teledigitais, telegráficos, telefônicos. Estes são os novos objetos a serem imaginados/traçados/trilhados por um “Geo-graf-ia” com forte tonalidade informacional, cibernética, semiológica, telemática.

O fato incontestável é que a informatização dos meios sociais de produção, consumo, administração, destruição, educação e entretenimento, pervagando toda a Sociedade enquanto *Natureza Terceira*, vem promovendo uma “fractalização” das culturas e economias, sob a tensão global-local.

Este “zoneamento” da Sociedade se reflete na mídia, no comércio, na indústria, na ciência, na moda, no trabalho, na tecnologia, na arte, nas finanças e no entretenimento. O que nos traz de volta à questão fundamental deste trabalho, ou pelo menos, a um de seus possíveis corolários: o potencial epistemológico da Geografia para “nomear e mapear” este Hiperespaço.

A Geopolítica, em particular, precisa enfrentar o desafio dos sistemas informacionais que reordenam de diferentes formas as estruturas de ação social, assim como os sítios institucionais do processo cultural, onde:

- a logística, a “lógica da tecnologia”, pela exigência de sua universalização e globalização, em uma constante expansão, transforma tudo em objeto informacional e comunicacional, ao mesmo tempo;
- a “informacionalização” institui novos códigos sócio-espaciais e sócio-crônicos que geram o(s) (es)paço(s) das dinâmicas de poder, ideologia e troca em áreas de atuação (des)estatizantes;
- as agendas orais, particulares, locais, temporais dos movimentos sociais, instrumentalizadas pelo Ciberespaço, ampliam sua liberdade no Hiperespaço, contestando a regulação escrita, geral, universal, intemporal da autoridade estatal;
- um poder virtual, fruto da simulação de um fórum de gestão global/local, sobre o Ciberespaço, dilui a antiga ordem de espaço-tempo e as hierarquias institucionais, alimentando a sensação de “fora-do-chão” do Hiperespaço;
- se assiste a coexistência da realidade concreta do lugar, expressa em termos de um contexto sócio-espacial, com as zonas de operação informacional, sustentadas pelo imaginário social alimentado por fluxos, acessos e processos informacionais;

- a força erosiva de fluxos organizados através das redes de mídia, comércio transnacional, diásporas globais e tráfego cibernético, traçam novo “zoneamento” sobre os espaços estatizados;
- a “fractalização” das culturas, economias e sociedades, divide-as entre as demandas de uma nacionalidade nominal, dentro dos reconhecidos espaços nacionais, e de uma transnacionalidade, na medida que elas se “costuram” com modos de produção e organização transnacionais por natureza...

Alguns “filósofos da mídia” proclamam uma Nova Era na qual não apenas a onisciência e a onipotência, mas, o que é mais importante, a onipresença, se tornam possíveis. Eles consideram o potencial do Ciberespaço como ambíguo, tanto fascista como anárquico, e advertem que a lógica da rede não é linear ou causal mas associativa e aleatória, promovendo conexões acidentais que (des)locam relações necessárias [Taylor, 1994].

À guisa de conclusão, esboçado o argumento da construção em curso de uma *Natureza Terceira*, e estabelecida sua progressiva identidade com o Hiperespaço, só nos resta reconhecer sua importância para a Geografia, e a imperativa necessidade de se direcionar, com as adequações que se façam necessárias, o corpo epistemológico da Geografia, para investigação e exploração desta nova fronteira, desta vastidão não cartografada da *Natureza Terceira*.

Depois de mapear o terrestre e o território, é preciso mapear o “telemétrico”, o Hiperespaço, através de uma “Geo-graf-ia” com “mapas cognitivos” mais abrangentes e abertos para a compreensão desta New Wor(l)d (Dis)Order.



## BIBLIOGRAFIA

Becker, Bertha (1988): A Geografia e o Resgate da Geopolítica. *RBG* 50, Rio de Janeiro, IBGE.

Becker, Bertha (1993): Logística: Uma Nova Racionalidade no Ordenamento do Território? *Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, Rio de Janeiro, AGB.

Bougnoux, Daniel (1995): Novas formas de se estar junto. *Correio da UNESCO*, Rio de Janeiro, FGV.

Chesneaux, Jean (1995): Modernidade-Mundo. Petrópolis, Vozes.

Feyerabend, Paul (1993): *Against Method* (Third Edition). London, Verso.

Giddens, Anthony (1991): *Modernity and Self-Identity*. Stanford, Stanford University Press.

Guattari, Felix (1992): *Caosmose*. Rio de Janeiro, Editora 34.

Harvey, David (1994): The Social Construction of Space and Time: a Relational Theory. *Geographical Review of Japan* 67 (2), Tokio.

Jolival, Bernard (1995): *La Réalité Virtuelle*. Paris, PUF.

Lacoste, Yves (1984): Les Géographes, l'Action et la Politique. *Hérodote* 33-34, Paris, La Découverte.

Luke, Timothy W. (1994): Placing Power/Siting Space: The Politics of Global and Local in the New World Order. *Environment and Planning D: Society and Space* 12 (613-628), London, Pion.

Ó Tuathail, Gearóid (1994a): (Dis)placing Geopolitics: Writing on the Maps of Global Politics. *Environment and Planning D: Society and Space* 12 525- 546, London.

Ó Tuathail, Gearóid (1994b): Problematizing Geopolitics: Survey, Statesmanship and Strategy. *Transactions of the Institute of British Geographers* 19 259-272, London.

Raffestin, Claude (1994): *Géopolitique et Histoire*. Paris, Payot.

Santos, Milton (1994): Técnica, Espaço, Tempo. São Paulo, Hucitec.

Serres, Michel (1994): Atlas. Paris, Julliard.

Sidaway, James D. (1995): Political Geography in the Time of Cyberspaces: New Agendas? *Geoforum* **25** (4), London.

Taylor, M.C. & Saarinen, E. (1994): Imagologies - Media Philosophy. London, Routledge.